

MPE busca escuta especializada para vítimas

O coordenador do Centro de Apoio Operacional das Promotorias da Infância e Juventude do Ministério Público Estadual (MPE), o promotor de Justiça Sidney Fiori Júnior, ressalta que uma das novidades em relação aos crimes de violência sexual é a Lei 13.431 de 2017. De acordo com ele, a legislação foi implantada no ano passado para o atendimento da criança e do adolescente vítima desse tipo de crime. Na prática, ela é intitulada como Lei da Escuta Protegida. Contextualizando, é uma escuta especializada feita pela rede de proteção (saúde, educação, assistência social e segurança pública) e o depoimento especial, que é colhido pela Polícia Civil ou no Fórum pelo juiz.

Conforme o promotor foi determinado por essa lei que a vítima não pode ser ouvida várias vezes, ou seja, para evitar a revitimização. “A neurociência já provou através de estudos, há muitos anos, que começaram em Harvard que essa revitimização causa traumas e esses traumas prejudicam o desenvolvimento do cérebro da criança, que terá reflexos na vida adulta”, argumenta.

Ele observa que a norma determina que tanto a rede de proteção, como os promotores devem criar maneiras eficazes para investigação do caso através de um único depoimento e nessa oitava colher provas para prender o criminoso. Júnior defende que nesta vez que a crian-



Promotor explica aplicação de Lei para atendimento de crianças

ça for ouvida, o depoimento deve ser válido para todas as frentes de atuação e processos. “No hospital, o médico também vai saber o que aconteceu e ele vai poder tomar as providências em relação à DST (Doença Sexualmente Transmissível), pílula do dia seguinte e eventualmente fazer a cirurgia. Às vezes também precisamos fazer a prisão preventiva do agressor, ou seja, tudo isso com um único depoimento. Há um estudo que fala que a vítima é ouvida no Brasil cerca de 10 vezes. E isso é muito traumatizante. Cada vez que ela conta o trauma ela fica revivendo a situação”, sustenta.

O promotor enfatizou que há mais de dois anos o Ministério Público Estadual tenta tirar essa

lei do papel. As ações ocorrerão em forma de reuniões com os órgãos envolvidos no processo, em especial com o Tribunal de Justiça do Tocantins (TJ-TO).

Porém, na visão do coordenador, no Tocantins não há essa preocupação. Ele destaca que no Estado não tem nenhuma sala para depoimento especial, nem no Judiciário e na Polícia Civil. “Estamos na luta para conseguir isso. A sala colhe provas para prender o criminoso, mas o depoimento é realizado de maneira mais suave, menos traumatizante. O local terá um planejamento prévio, ou seja, essa pessoa que escutou vai ter o contato com a vítima para manter o mínimo de confiança”, garantiu. (Luana Fernanda)

Savi atende crianças vítimas de abusos sexuais

O Serviço de Referência no Atendimento de Crianças em Situação de Violência no Tocantins (Savi), que atua 24 horas em regime de urgência e emergência com uma equipe multidisciplinar no Hospital Infantil, atendeu só neste ano aproximadamente 100 crianças vítimas de violência sexual, a maioria entre meninas de 9 a 12 anos.

Porém, a coordenadora do serviço, a psicóloga Rosivânia Tosta afirma que pesquisas apontam que nem 12% dos casos de violência sexual veem à tona. “A gente sabe que esse número não representa a realidade, porque nem todos os casos chegam até a gente, muitos ficam abafados na família e às vezes a própria família nega”.

A psicóloga ressalta que os atendimentos do local estão relacionados, em muitos casos, às negligências. “Nossa equipe está treinada para detectar esse fator. Então a negligência é algo que detectamos muito devido às interações. A negligência são os descuidos básicos da



Psicóloga aponta que poucos casos de abuso veem à tona

criança, como higiene, cuidado comas vacinas e cuidados em geral com a saúde. Então se a criança é negligenciada nesse aspecto, imagina quanto à violência sexual e psicológica. As violências estão interligadas”, aponta.

Quanto à violência, ela garante que a própria equipe do hospital é treinada e capacitada para

detectar e encaminhar para o Savi. “Nós Temos encaminhamento do IML (Instituto Médico Legal), conselho tutelar, escolas, delegacia. Funcionamos através de uma rede de proteção”.

A responsável conta que o local recebe muitos casos de violência intrafamiliar, que é quando ela é praticada dentro da própria família. “Geralmente por um parente ou pessoa conhecida. Segundo ela, mais de 80% da violência sexual a menor é cometida em meninas, o que não deixa de ser uma violência de gênero e dentro do lar. Difícilmente temos a história de alguma criança que foi atacada na rua, geralmente é dentro de casa”.

O local, que existe há três anos, segue o protocolo de atendimento baseado no Estatuto da Criança (ECA), Código Penal e Civil e Sistema de Saúde.

Questionada sobre como seria o diagnóstico das crianças violentadas sexualmente, a psicóloga observa que isso varia de acordo com a idade da vítima. (Luana Fernanda)

Denúncias podem ser feitas na Defensoria Pública do Estado

O atendimento da Defensoria Pública do Estado (DPE), frente aos casos de violência sexual, é realizado através do Núcleo de atendimento à Criança e ao Adolescente e do Núcleo de Atendimento da Mulher (Nudem). Segundo a defensora Vanda Sueli Machado, o órgão presta atendimento jurídico e multidisciplinar. No jurídico, os núcleos acompanham a vítima quando há o depoimento em juízo e ações da área de família e cível. “Além disso, há prevenção como: palestras, campanhas, distribuição de material, articulação da rede de proteção e recomendações”. Com relação à quantidade de casos atendidos pela Defensoria Pública, a coordenadora diz que não há uma estatística exata. No entanto, o órgão recebe pelo menos um caso por semana no núcleo da mulher. “A violência ocorre entre todas as idades, mas

as denúncias ocorrem mais por parte das adolescentes entre 12 a 17 anos”, ressalta.

Segundo ela, apenas 10% dos casos de abuso chegam ao conhecimento da justiça e existe em todas as camadas sociais. Quanto aos abusos, Vanda menciona que a maior parte deles trata de manipulação e aliciamento da criança em tempo muito rápido. Ela ainda alerta que geralmente o abusador é uma pessoa muito próxima, como pai, padrasto, tios, vizinhos e professores. “Não é um monstro como costumam dizer. São pessoas comuns que convivem dia a dia com a vítima”, acrescenta. A defensora ainda sustenta que é preciso que o atendimento à vítima seja feito por equipe qualificada e em ambiente especial para que a criança não seja revitimizada e a escuta tem de ser especializada por profissionais qualificados. (Luana Fernanda)

Menores sofrem na busca por atendimento, diz Cedeca

A psicóloga do Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente – (Cedeca) Glória de Ivone, Mariana Miranda, ressalta que uma das grandes dificuldades de atendimento na ONG ocorre devido à logística. Ela observa que o Cedeca está localizado na região central de Palmas e boa parte dos casos acontecem nas periferias. Por este motivo, há dificuldade para que parte das vítimas cheguem ao Centro.

“Ir para um atendimento que fala sobre violência sexual nem sempre é fácil. Então não necessariamente as pessoas estão muito dispostas a vir e ficar falando sobre o assunto. Sem contar que às vezes elas nem

têm dinheiro para passagem”. Mariana acredita que há também muita discriminação da própria família com a vítima e na maioria dos casos, o agressor traz uma bagagem genética ou uma repetição de comportamentos dos antepassados.

“Geralmente é uma violência que já acontecia há muito tempo, com outras gerações. A gente não consegue compreender isso e acaba criminalizando dizendo que a família é omissa. Então para alguns pais, o fato de trazer as crianças para o atendimento, às vezes, significa lidar com o fracasso de que não conseguiu cuidar delas”, acrescenta. (Luana Fernanda)

CAIXA

MINISTÉRIO DA FAZENDA

GOVERNO FEDERAL

AVISO DE VENDA

Leilão Público nº 024/2018-TO

A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CAIXA, por meio da Gerência de Filial - Alienar Bens Móveis e Imóveis/GO, torna público aos interessados que licitará pela maior oferta e por meio de lances, lotes dados em garantia de contratos de Penhor, podendo conter, em conjunto ou isoladamente, joias, relógios, canetas, moedas, barras de ouro e demais objetos, vinculados a contratos de Penhor emitidos no Estado do Tocantins, vinculados às Agências Gurupi e Palmas de Tocantins, vencidos há mais de 30 dias. O Edital de Licitação, contendo as condições para habilitação, valores, prazos e demais disposições regulamentares do qual é parte integrante o presente Aviso de Venda, estará à disposição dos interessados de 10/10/2018 a 29/10/2018, em horário bancário, nas Agências da CAIXA situadas no Estado do Tocantins, na página da CAIXA na Internet www.caixa.gov.br/vitrine-joias e na Gerência de Filial - Alienar Bens Móveis e Imóveis/GO - Representação Palmas, situada no endereço 104 NORTE, AVENIDA LO 2, LT 1 A, PLANO DIRETOR NORTE, Palmas/TO. A exibição das imagens dos lotes ocorrerá nos dias 23/10/2018 a 26/10/2018, no sítio da CAIXA na internet, no endereço www.caixa.gov.br/vitrine-joias, opção Vitrine de Joias. Os lances são efetuados nos terminais de autoatendimento localizados em qualquer agência da CAIXA, nos dias 25/10/2018 a 26/10/2018, no horário de funcionamento da sala de autoatendimento. A divulgação do resultado da licitação será efetuada no dia 29/10/2018, nos mesmos locais onde foi divulgado o Edital de Licitação e na página da CAIXA na Internet, no endereço www.caixa.gov.br/vitrine-joias, opção Resultados.

Gerência de Filial - Alienar Bens Móveis e Imóveis - GILIE/GO

AVISO DE VENDA

Leilão Público nº 025/2018-TO

A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CAIXA, por meio da Gerência de Filial - Alienar Bens Móveis e Imóveis/GO, torna público aos interessados que licitará pela maior oferta e por meio de lances, lotes dados em garantia de contratos de Penhor, podendo conter, em conjunto ou isoladamente, joias, relógios, canetas, moedas, barras de ouro e demais objetos, vinculados a contratos de Penhor emitidos no Estado do Tocantins, vinculados à Agência Araguaína, vencidos há mais de 30 dias. O Edital de Licitação, contendo as condições para habilitação, valores, prazos e demais disposições regulamentares do qual é parte integrante o presente Aviso de Venda, estará à disposição dos interessados de 10/10/2018 a 29/10/2018, em horário bancário, nas Agências da CAIXA situadas no Estado do Tocantins, na página da CAIXA na Internet www.caixa.gov.br/vitrine-joias e na Gerência de Filial - Alienar Bens Móveis e Imóveis /GO - Representação Palmas, situada no endereço 104 Norte - Av. LO 2 Lt. 1 A, Plano Diretor Norte, Palmas/TO. A exibição das imagens dos lotes ocorrerá nos dias 23/10/2018 a 26/10/2018, no sítio da CAIXA na internet, no endereço www.caixa.gov.br/vitrine-joias, opção Vitrine de Joias. Os lances são efetuados nos terminais de autoatendimento localizados em qualquer agência da CAIXA, nos dias 25/10/2018 a 26/10/2018, no horário de funcionamento da sala de autoatendimento. A divulgação do resultado da licitação será efetuada no dia 29/10/2018, nos mesmos locais onde foi divulgado o Edital de Licitação e na página da CAIXA na Internet, no endereço www.caixa.gov.br/vitrine-joias, opção Resultados.

Gerência de Filial - Alienar Bens Móveis e Imóveis - GILIE/GO